

Presidente da República em meados do ano passado, localizada na minha terra natal, no Município de Cruz Alta, decidiram acampar às margens da estrada e dentro da própria Fazenda São Juvenal, com o objetivo de forçar o Governo a exigir da Justiça uma solução para o problema que se arasta pachorrentamente, sem uma solução que seja adequada à realidade que estão vivendo, aliás trágica, essas numerosas famílias.

É exatamente a falta de uma reforma agrária, a falta de coragem do Governo da Nova República de enfrentar a questão crucial da posse da terra que está determinando essa situação.

Se o episódio se limitasse apenas à ocupação social, e não à invasão, da Fazenda São Juvenal, acerca de 50 km da cidade de Cruz Alta, tudo certamente teria transcorrido na mais absoluta normalidade. Acontece, Sr. Presidente, e aí está a gravidade dos fatos, proprietários da fazenda, armados, talvez até com equipamentos não convencionais e privativos das Forças Armadas, resistiram à bala essa ocupação. Pelo que se sabe, dada a impossibilidade, inclusive, de os meios de comunicação terem acesso ao local em que estão confinadas essas 300 famílias, cercadas por tropas da Brigada Militar do Estado, que são pagas para proteger os direitos dos cidadãos e não para violentá-los e mutilá-los, não se sabe se realmente há feridos, mas que houve tiroteio, isso é certo.

Sr. Presidente, tudo acontece exatamente porque o I Plano Nacional de Reforma Agrária, desencadeado mediante uma tormenta publicitária nunca vista na História Moderna deste País, continua patinando nas suas contradições.

Os jornais de todo o País trazem noticiários absolutamente desencontrados sobre os fatos, na medida em que a própria imprensa — repito — está impedida de ter acesso ao local onde estão confinadas, cercadas, essas 300 famílias: é um verdadeiro campo de concentração, com várias barreiras impedindo, inclusive, o apoio logístico e o apoio social a esse numeroso grupo de agricultores sem terra. Curioso é que o noticiário diz que a caminhada desde a Fazenda Anoní, no Município de Sarandi, distante mais de 150 km de Cruz Alta, até à Fazenda Assunção Juvenal teria sido estimulada pelo Deputado Estadual do PT Adão Pretto, com a participação do Deputado Constituinte Ovídio Dutra e da própria Comissão Pastoral da Terra, subordinada, no caso, à Diocese de Cruz Alta, sob a égide do Bispo D. Jacó Hilgert.

Ora, Sr. Presidente, não posso aceitar que se façam gratuitamente acusações a um partido que, como o PDT, está empenhado em exigir que o Governo e a sociedade implantem, afinal a reforma agrária, a fim de que fatos tão lastimáveis como esses não continuem a se repetir.

Aqui desagravo os Companheiros do PT, o Deputado Estadual Adão Pretto e o Constituinte Ovídio Dutra, o próprio Bispo Diocesano de Cruz Alta, D. Jacó Hilgert, e a Comissão Pastoral da Terra, acusados, levemente por setores contra a reforma agrária, ligados ao latifúndio, a poderosos grupos econômicos detentores da terra, de estarem promovendo uma caminhada em busca de justiça social.

Sr. Presidente, se não apressarmos a execução da reforma agrária, se não nos conscientizarmos de que a terra não pode continuar sendo propriedade de alguns, certamente episódios como esses, talvez muitíssimo mais graves, irão acontecer

neste País, antes mesmo que seja promulgada a nova Constituição.

Só para concluir: O Incra desapropriou a Fazenda São Juvenal, que se situa no Município de Cruz Alta, e tem uma extensão de 1.436 hectares. O ato de desapropriação foi contestado na Justiça, e aos advogados da Família Dias da Costa, proprietária da terra, foi concedida uma liminar que não elimina, em absoluto, o ato de desapropriação, porque o mérito ainda não foi julgado. O próprio advogado da Família Dias da Costa, proprietária da área da terra, reconhece — está aqui com todas as letras da imprensa brasileira — que apenas 344 hectares, de um total de quase 1.500, são racionalmente utilizados. Portanto, está configurado um latifúndio, se não inexplorado, mal e muito mal explorado.

Não vejo como esta decisão continua sendo retardada pela Justiça, criando condições para um conflito de proporções tão graves como este. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. LUIZ VIANA (PMDB — BA. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes: Como é do conhecimento da Casa, faleceu, no fim da última semana, em Recife, Gilberto Freyre.

Se me faltassem outros títulos para solicitar a inserção de um voto de pesar pelo desaparecimento do eminente brasileiro, invocaria a circunstância de ser um dos raros contemporâneos de Gilberto Freyre nesta Casa, alguns dirão até sobrevivente.

Realmente, Sr. Presidente, fui companheiro de Gilberto Freyre na Constituinte de 1946, na qual teve a singularidade de ter sido a primeira voz que, tratando da matéria constitucional, a colocou sob um ponto de vista sociológico.

Lembro-me bem que, naquela oportunidade, foi realmente um acontecimento, assinalado de modo particular pelos jornalistas da época e eram grandes jornalistas, Sr. Presidente, que integravam a chamada Bancada da Imprensa, poderia lembrar alguns como Carlos Castello Branco, Carlos Lacerda, Raphael de Oliveira, Munilo Marroquin e alguns outros, no dia seguinte do discurso de Gilberto Freyre foi assinalado que houvera uma novidade na Assembléia: formara-se uma fila de cumprimentos, o que não era usual na época. Eram os Constituintes, seus Colegas, indo felicitar o grande Representante de Pernambuco, que trazia uma nota nova de cultura para os trabalhos da Casa.

Devo dizer que, já aquele tempo, eu conhecia Gilberto há bastante, uma vez que nossas relações se iniciaram quando era ele Oficial-de-Gabinete do Governador Estácio Cunha Bueno, o que significa que, durante mais de 60 anos, fui eu amigo, colega, companheiro e, sobretudo, admirador de Gilberto Freyre. É ele — como dizia num artigo o Professor Darcy Ribeiro, por sinal ideologicamente pouco afeito a Gilberto Freyre — a maior figura intelectual do Brasil. E de fato era, Sr. Presidente.

Foi um desses expoentes que aparecem de raro em raro e que aparece, dando ao Brasil aquela obra, ainda hoje lida, estudada e divulgada não apenas em nosso País como em todo o mundo — "Casa Grande e Senzala." É uma obra que, dentro de nossa Literatura, talvez só tenha similar no "Estatista do Império", de Joaquim Nabuco,

e nos "Sertões", de Euclides da Cunha. Realmente, são momentos culminantes da vida intelectual e cultural do Brasil.

Assim, durante quase 60 anos, Gilberto Freyre foi uma figura realmente radiosa da inteligência e da cultura do Brasil. Festejado no Mundo inteiro, professor de várias universidades na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, em todas elas ministrando cursos que levaram aqueles países a palavra e o conhecimento da vida do Brasil. Acima de tudo, Sr. Presidente, Gilberto Freyre mostrou ao Brasil o próprio Brasil. Revelou a face da escravidão e da cultura negra que ou não conhecíamos ou buscávamos esconder, talvez um tanto acanhados, por acreditarmos que era uma cultura inferior.

Gilberto Freyre, entretanto, mostrou que só tinhamos motivos para ser gratos e para proclamar tudo aquilo que o negro representou para o Brasil, não somente com o seu trabalho escravo como também com a sua cultura, dando uma miscelânea ética e cultural que é a base da nossa nacionalidade e da qual, realmente, emerge uma civilização verdadeiramente original, como é a civilização do Brasil implantada nos trópicos, pela aculturação do negro e do europeu.

Sr. Presidente, é esse homem, a quem o Brasil tanto deve pelos seus estudos, pelos seus trabalhos, que acaba de falecer.

Natural e justo, portanto, Sr. Presidente, que esta Casa, a Casa mais alta do pensamento, da inteligência da vida brasileira, à qual ele pertenceu e ilustrou, se associe ao pesar do País, fazendo constar das atas dos nossos trabalhos um voto de pesar pelo lutooso acontecimento.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É com o mais profundo pesar que venho registrar, nos Anais desta Casa, o falecimento de Luiz Régis Pacheco Pereira.

Grande vulto da política do nosso Estado, Constituinte em 1946, Governador do Estado, muitas vezes seu representante no Congresso Nacional, Luiz Régis Pacheco Pereira é exemplo, neste País, de homem público que, tendo à vida pública dedicado quase que exclusivamente o seu trabalho, morreu absolutamente pobre. Coordenador de sua Bancada, sucessivamente eleito representante do seu Estado, Luiz Régis Pacheco Pereira, ao fim da sua vida precisava gozar da aposentadoria dos parlamentares para custear a sua vida.

Luiz Régis Pacheco Pereira é um homem de uma família do Recôncavo, extraordinariamente vinculada à História deste País, tendo prestado enormes serviços ao nosso Estado.

O Sr. Luiz Viana — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA — Com muita honra. Quebrando o Regimento, Senador Luiz Viana, seu companheiro na Assembléia Nacional Constituinte de 1946, contribuiu V. Ex.^a para o registro deste evento que todos lamentamos.

O Sr. Luiz Viana — É um breve aparte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Em caráter excepcional, em homenagem a V. Ex.^a Senador Luiz Viana.

O Sr. Luiz Viana — Realmente, o Regimento deve ser cumprido. De vez em quando, pode ser

violado, e é o que faço, porque Régis Pacheco merece. Por isso, me associo às palavras do nosso colega. Régis Pacheco foi um político dos mais dignos que já teve não apenas a Bahia como o Brasil. Como foi assinalado, dedicou toda a sua existência à comunidade de Vitória da Conquista, onde foi realmente aquilo que se chama o médico humanitário. Era uma alma boníssima, tinha um coração de ouro, mas não juntou ouro, morreu pobre. Ele não apenas precisava daquele subsídio que lhe era dado, e direi mais, na Bahia só se votou esse subsídio para que Régis Pacheco não ficasse na indigência. Foi por isso que a Assembléia do Estado da Bahia votou essa lei. Justo, portanto, Sr. Presidente, que, no momento em que desaparece, ele, que foi Constituinte em 1946, tenha o seu nome lembrado, honrado, pela palavra, pelo voto e pelo pesar dos seus contemporâneos, dos seus coestaduanos e, certamente, de todos os brasileiros.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA — Vê V. Ex., Sr. Presidente, que figura extraordinária par a vida da Bahia foi Luiz Régis Pacheco Pereira. Uma vida dedicada, de um lado, à medicina do interior, à medicina de família, do médico da roça, de outro lado, no cenário nacional, engrandecendo a política do seu Estado, como representante da Bahia na Assembléia Nacional Constituinte, como seu representante em várias legislaturas, como Governador de Estado, cujo exemplo de dedicação e trabalho honrou a Bahia.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite-me V. Ex* um aparte? (Assentimento do orador.)

V. Ex* não quer restringir, certamente, o seu pesar apenas aos que viveram aqueles dias na Bahia e acompanharam a vida de Luiz Régis Pacheco Pereira. Régis Pacheco integrou-se à vida nacional pela sua presença na Câmara dos Deputados, como Líder da Bancada baiana, e incorporar-se-á à história moral do Brasil, à história moral da política brasileira pelo modo exemplar e digno com que pautou toda a sua longa existência

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA — Muito obrigado a V. Ex*

Sr. Presidente, finalizando, registro o nosso pesar pelo falecimento de Luiz Régis Pacheco Pereira.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO PRONUNCIANDO DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE:

Durante o discurso do Sr. Constituinte Oswaldo Lima Filho, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Delgado.

O SR. PAULO DELGADO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr Srs. Constituintes:

Não fosse o PMDB o Partido majoritário na Assembléia Constituinte, o Partido que tem o maior número de Ministros de Estado, que tem

quase que a totalidade de Governadores de Estado, a nós, do Partido dos Trabalhadores, não interessaria comentar a realização de sua Convenção Nacional. No entanto, a responsabilidade que esse Partido tem na condução da visão hegemônica e da visão majoritária da política nacional, torna a sua Convenção Nacional uma convenção que reflete e configura, de maneira clara, para nós, do PT, as razões pelas quais esta Constituinte não consegue criar as condições de um debate profícuo e útil, informado e amplo, como está a requerer a sociedade brasileira neste momento.

Nessa Convenção do PMDB, neste fim de semana, ficou muito claro para nós que impera no Partido majoritário a estranha concepção de que ganhar o tempo cronológico é uma forma de se ganhar o tempo político, num momento em que mais se acentua a crise econômica, quando se amplia a miséria na sociedade brasileira, quando cresce o desemprego, quando as atuais condições de vida e as perspectivas de futuro para a sociedade brasileira para os homens e as mulheres deste País, tornam-se as mais obscuras de todo o tempo da História republicana. É um absurdo que o Partido majoritário tenha adiado uma decisão que fatalmente agravará a situação dentro da Constituinte, porque, para nós, tem sido claro que, se de um lado tem-se a obsessão pessoal de um Presidente que procura manter-se no poder, sem nenhuma preocupação com o destino nacional, de outro lado, temos o pragmatismo da direção de um Partido que não quer enfrentar os problemas na forma que está a requerer e na coragem que está a pedir o atual momento da sociedade brasileira.

Não é admissível que um Partido das dimensões do PMDB chegue a adiar decisões de tal magnitude ou deixe de emitir sua opinião a respeito. Esperamos que os setores do PMDB que estão claramente preocupados com a transição política e, principalmente, estão claramente preocupados com o destino que se vai dar à ampla massa de deserdados e excluídos dos benefícios sociais que temos neste País, esperamos se incorporem dentro do Congresso Constituinte, numa ampla aliança com setores sociais, que, no campo deste Congresso, queiram uma Constituição que aponte para o futuro do Brasil e que aponte principalmente para se criar os instrumentos necessários à transformação do povo, da sociedade trabalhadora e das classes sociais oprimidas, sujeitos da História deste País; uma Constituição que não seja um retrato em preto e branco dessa sociedade, porque, se ela simplesmente fotografar a sociedade brasileira, teremos uma Constituição equivocada, atrasada e arcaica, como tivemos ontem na Convenção do PMDB-a fotografia também de uma crise, que é desse Partido, e que se está refletindo aqui, no Congresso Constituinte. (Palmas)

O SR. ONOFRE CORRÊA (PMDB — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje ocupo esta tribuna para falar em nome dos milhares de microempresários lesados deste País, primeiro pela falta de um modelo econômico definido, segundo por uma política de créditos temporários e sem nenhum propósito de seriedade por parte de seus executores.

Com a intervenção nos bancos estaduais, consequentemente nos seus respectivos Bancos de Desenvolvimento, aqueles que tomaram recursos a longo prazo não têm a quem reclamar com relação a situações aflitivas, que neste momento passo a relatar.

Todas as empresas que tomaram recursos nos meses de novembro, dezembro e janeiro, à base de OTN no valor de Cz\$ 106,00, tiveram seus débitos corrigidos para 181,00 no dia exato do descongelamento. Viram seus débitos corrigidos em mais de 70% da noite para o dia.

Pergunto: qual é o pensamento de um empresário que vê seus débitos corrigidos em mais de 70% do dia para a noite? E, pior, hoje nenhuma autoridade se manifestou para corrigir esta disposição e os bancos passaram a exigir garantias suplementares.

Por exemplo: se se tomou 1.000 OTN no dia 25-1, no dia 5-2 — 10 dias o débito era corrigido em 70% a mais, as garantias permaneceram no mesmo valor. Eram exigidos dos devedores mais bens em garantia.

Srs. Constituintes, a OTN, que em 28-1 era de 106,00 aproximadamente, hoje já está em Cz\$ 366,49, no espaço de 5 meses, as dívidas dos empresários triplicaram. Com o desenrolar dessa dívida em 5 meses, os microempresários não têm a quem reclamar. Estão todos nas mãos dos Bancos de Desenvolvimento, normalmente em intervenção. Isso acontece no meu Estado, no Maranhão, e onde os bancos sofreram intervenção.

Será que os diretores e presidentes desses bancos não vão perceber que é impossível pagar uma conta que triplicou em 5 meses?

A situação agrava-se ainda mais com as intervenções nos Bancos Estaduais, onde os burocratas do Banco Central querem punir os empresários que, na euforia do Plano Cruzado, recorrem a essas entidades, em vez de colocarem na cadeia os ex-diretores e ex-governadores que saquearam essas instituições, estão a sacrificar os empresários.

Faço um apelo ao Ministro da Fazenda para que as dívidas contraídas, nos 6 meses anteriores ao descongelamento, sejam corrigidas **pro rata tempore**, ou melhor, sejam corrigidas pelo tempo em que o dinheiro foi tomado emprestado.

Que não tentem inviabilizar os bravos empresários deste País que osaram um dia acreditar que as coisas por aqui são sérias.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JORGE LEITE (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O resultado da Convenção Nacional Extraordinária do nosso PMDB deixou patente que as bases partidárias não desejaram apoderar-se de uma competência exclusiva da Assembléia Nacional Constituinte para, atendendo a interesses de grupos minoritários, decidirem sobre o sistema de governo e a definição do tempo de mandato do Presidente José Sarney. A decisão de delegar aos Constituintes do Partido a decisão sobre as matérias citadas demonstra uma posição madura e sensata de nossas bases que, conhecendo e respeitando o programa partidário, não aceitaram a proposta portadora em seu bojo do propósito de dividir o Partido, como um verdadeiro cavalo de Tróia.